

Lula apresenta plano do 'SUS da Segurança'; governadores resistem

Lula apresenta PEC que cria SUS da Segurança; governadores resistem



Ricardo Lewandowski, titular da Justiça e Segurança Pública, fala durante reunião de Lula com ministros e governadores no Planalto

Tarcísio e Caiado veem interferência da União na autonomia dos Estados; outros defendem ampliação do escopo da proposta

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, apresentaram ontem a governadores a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. A PEC é uma investida do governo para tentar minimizar os problemas numa das áreas pior avaliadas da gestão petista. Na reunião realizada no Palácio do Planalto, governadores que apoiam o governo e também os de oposição cobram ações de combate à criminalidade que vão além do que está previsto na proposta.

A PEC tem como ponto central a inclusão na Constituição do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a exemplo do que ocorre com o Sistema Único de Saúde (SUS). A proposta também unifica fundos e amplia atribuições da Polícia Federal – autorizando a corporação o combate a milícias – e da Polícia Rodoviária Federal – que passaria a ser chamada de Polícia Ostensiva Federal, atuando também em hidrovias e ferrovias (mais informações nesta página).

No encontro, as críticas mais pesadas partiram do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), que considerou a proposta usurpadora das atribuições dos Estados e prometeu agir para barrar a aprovação da PEC. “É uma invasão de poder, usurpação de poder”, disse. Lula contemporizou e afirmou que o governo

federal está aberto ao diálogo para aperfeiçoar as propostas.

AUTONOMIA. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), agradeceu o convite, mas fez críticas e apresentou sugestões. “Talvez a PEC, sozinha, não tenha o condão de resolver o problema da segurança pública. Há outros problemas correlatos, e nessa reunião podemos dar um primeiro grande passo, de estabelecer grupo de trabalho e formular uma série de propostas”, disse ele na reunião.

Embora tenha considerado positiva a iniciativa do governo federal, Tarcísio afirmou depois do encontro que a PEC não contém medida relevante e interfere na autonomia dos Estados. “A PEC não resolve. Não traz medidas relevantes. Há dispositivos que reapresentam risco de perda de autonomia dos entes.” Ele criticou a

Ausentes Por discordarem do texto da PEC, Romeu Zema (MG) e Jorginho Mello (SC) recusaram o convite

inclusão de artigo na PEC que descreve as competências da União na segurança. O texto menciona que as diretrizes emitidas pela União serão “de observância obrigatória por parte dos entes federados”. “Ali está havendo uma interferência na autonomia dos Estados. Isso é uma coisa que nenhum governador vai topar”, disse. Ele ponderou, no entanto, que considera que a PEC não é um “produto pronto” e que é um primeiro passo para caminhar na direção correta.

Na reunião no Planalto, Tarcísio defendeu uma coordenação melhor das informações

Principais pontos

● **Sistema Único de Segurança Pública** O ponto central da PEC é incluir na Constituição o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a exemplo do que ocorre com o Sistema Único de Saúde (SUS). Com isso, o Ministério da Justiça poderia emitir diretrizes ao sistema para serem seguidas por todos os entes, incluindo orientações acerca do sistema prisional, padronização de protocolos e dados estatísticos

● **Polícia Federal** A proposta amplia as atribuições da PF, para que a corporação não fique restrita apenas a crimes de competência federal. A PEC autoriza a PF combater não só organizações criminosas, mas também milícias. Admite ainda que o órgão possa atuar em casos que tenham repercussão interestadual ainda que não estejam na competência federal. A proposta também prevê a atuação da PF “em matas, flo-

restas, áreas de preservação, ou unidades de conservação”

● **Polícia Ostensiva Federal** A proposta fala em aumentar as competências de Polícia Rodoviária Federal (PRF), que passaria a atuar também em ferrovias e hidrovias. O texto propõe que a PRF se converta em “Polícia Ostensiva Federal” para fazer o policiamento ostensivo nesses modais. Essa polícia ostensiva poderia ainda auxiliar forças de segurança estaduais quando solicitada

● **Novo fundo** A PEC pretende instituir o Fundo Nacional de Segurança Pública e Política Penitenciária, que não poderá ser alvo de contingenciamento de recursos. “A segurança pública, a qual abarca tanto a prevenção quanto a repressão às atividades criminosas, precisa de recursos em montante correspondente a esse magno desafio, sob pena de total ineficácia da ação estatal”, afirma o texto sobre as motivações da PEC

complementou Castro. O governador disse que o debate “deveria ser ampliado por questões práticas e urgentes”. Ele destacou os problemas da lavagem de dinheiro e da entrada de armas e drogas. “Precisamos urgentemente que a diplomacia brasileira faça uma conversa dura com esses países.”

A PEC foi considerada um ponto de partida até entre aliados do Planalto. O governador do Maranhão, Carlos Brandão (PSB), afirmou que os problemas de segurança extrapolam a proposta. “Não podemos encerrar o debate apenas nessa PEC.” O governador do Ceará, Elmano de Freitas (PT), mencionou a importância de ampliar os efetivos policiais. “É muito importante o fortalecimento das forças de segurança. Os efetivos são realmente muito aquém da realidade para nós enfrentarmos”, disse.

REFUGIADOS. O governador de Roraima, Antônio Denarium (PP), pediu que o governo federal reveja a legislação relacionada à migração. Ele disse que dos cerca de 1,2 milhão de refugiados da Venezuela que entraram no Brasil, 70% ingressaram por Roraima. Denarium afirmou que a entrada de refugiados tem impactado na segurança pública.

No início da reunião, o ministro da Justiça disse que a PEC não altera “em uma vírgula” as competências dos Estados e municípios em relação às polícias civis e militares e às guardas municipais. Ao defender a criação de uma polícia ostensiva federal, Lewandowski questionou a atuação das polícias do Rio e do Distrito Federal. Disse que o homicídio da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e do motorista Anderson Gomes só foi solucionado após a PF entrar no caso.

“Por cinco anos, me desculpe governador Cláudio Castro, a polícia do Rio de Janeiro demorou e não elucidou (o crime)”, declarou o titular da Justiça. Depois, ele afirmou que, caso houvesse uma Polícia Ostensiva Federal como no desenho previsto na PEC da segurança pública, a invasão do 8 de Janeiro não aconteceria.

Na parte final do encontro, Lula rebateu o discurso de Caiado e usou de ironia para contestar o adversário político que já se lançou pré-candidato na eleição presidencial de 2026. “Eu tive a oportunidade de conhecer hoje (ontem) o único Estado que não tem problema de segurança, que é o Estado de Goiás. Eu peço para Lewandowski ir lá levantar, porque pode ser referência para todos os governadores”, disse o presidente.

● **PAULA FERREIRA, ELIANE CANTAMENDI, DANIEL VIEIRA, MARCELO VIANA BAUCI e CAIO SPECHETTO**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 10